



ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



## 45º CONSELHO DIRETOR 56ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL

*Washington, D.C., EUA, 27 de setembro a 1 de outubro de 2004*

---

*Tema 10.2 da agenda provisória*

CD45/25 (Port.)  
26 agosto 2004  
ORIGINAL: ESPANHOL

### RELATÓRIO DA XIII CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DO TRABALHO

#### **Relatório**

1. Desde 1963, os ministros de trabalho da Região das Américas se reúnem periodicamente na Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) da Organização dos Estados Americanos (OEA), constituindo este o foro primordial de discussão e decisão política em matéria trabalhista do Hemisfério.
2. A CIMT está formada por três órgãos assessores: a) o Comitê Técnico Permanente sobre Assuntos Trabalhistas (COTPAL); b) o Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE); e c) a Comissão Empresarial de Assessoramento Técnico em Assuntos Trabalhistas (CEATAL). Conta também com uma Secretaria Técnica Permanente, a cargo da Unidade de Desenvolvimento Social e Educação da OEA. A CIMT mantém uma relação estreita de trabalho com instituições internacionais, particularmente com a OPAS no que se refere à saúde dos trabalhadores.
3. A XIII Conferência Interamericana de Ministros de Trabalho (CIMT) foi realizada de 24 a 26 de Setembro de 2003, em Salvador, Bahia, Brasil, e teve como principal resultado a aprovação da Declaração e o Plano de Ação de Salvador, nos quais se reforçou a área de saúde e segurança dos trabalhadores.
4. Durante a Conferência, e de conformidade com o artigo 27 de seu Regulamento, foram realizadas uma reunião preparatória, uma sessão de abertura, quatro sessões plenárias e uma sessão de encerramento.
5. A reunião preparatória foi presidida pela Ministra do Trabalho do Canadá, Claudette Bradshaw, e Presidente *Pro Tempore* da XII CIMT, que examinou o progresso

obtido desde a XII Conferência, a partir da qual se incorporou mais ativamente o tema da saúde e segurança dos trabalhadores, e se fortaleceu a participação dos grupos de trabalhadores e empregados, assim como de organizações internacionais como a OPAS, instituições acadêmicas, e organizações não governamentais.

6. A Sessão de Abertura foi presidida pelo Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil e Presidente *Pro Tempore* da XIII CIMT. Em sua intervenção destacou que os assuntos trabalhistas são um componente essencial da dignidade humana e que as futuras negociações comerciais devem considerar as políticas sociais e trabalhistas, com o fim de garantir a efetiva proteção dos trabalhadores. Esta posição foi plenamente apoiada pelas intervenções dos ilustres integrantes da sessão de abertura. O Secretário Geral da OEA assinalou que a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores e a promoção dos princípios do trabalho decente fortalecem a democracia e o espírito da Carta Democrática Interamericana. Enfatizou que a integração do Hemisfério está gerando grandes mudanças em nossas nações e que é responsabilidade de todos garantir que estas mudanças se traduzam em melhores condições de vida e de saúde para os trabalhadores.

7. Por sua vez, o Diretor Geral da OIT se referiu aos temas do desemprego — que considerou como a manifestação mais flagrante da exclusão social — e da pobreza, como os maiores desafios de nosso tempo.

8. A primeira sessão plenária foi realizada em 25 de setembro com o propósito de apresentar o relatório de acompanhamento da XII CIMT. O Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil abriu a sessão. A Diretora da Unidade Social e Educação, na qualidade de Secretária Técnica da XII CIMT, apresentou aos delegados a carteira permanente de programas consolidados na área de trabalho, que contém programas nas áreas de saúde e segurança dos trabalhadores, administração trabalhista, formação e certificação de habilidades dos trabalhadores e equidade de gênero. Esta carteira contém programas que se caracterizam por sua solidez técnica e sustentabilidade e respondem a um esforço conjunto da OEA e OPAS.

9. Por sua vez, a Chefe da Unidade de Avaliação e Gestão de Riscos da OPAS apresentou aos delegados um panorama sobre a saúde e segurança dos trabalhadores e sua inter-relação com o desenvolvimento econômico, a democracia, a equidade e os direitos humanos. Ressaltou as inter-relações existentes entre a saúde, a redução da pobreza e o crescimento econômico, as quais foram reconhecidas na Declaração do Milênio das Nações Unidas acordada pelos Chefes de Estado em 2000. Enfatizou que a carga das doenças, incluindo lesões e acidentes ocupacionais, HIV/AIDS, malária e tuberculose, nos países em desenvolvimento constitui uma barreira ao crescimento econômico e, portanto, deve ser considerada de maneira frontal em qualquer estratégia integral de desenvolvimento. Estudos recentes demonstram que os países mais competitivos são também os mais seguros devido às suas estratégias de prevenção,

proteção e promoção da saúde dos trabalhadores. Em função desta realidade, a OPAS, através de um trabalho multissetorial e transnacional, desenvolveu e implementou o Plano Regional de Saúde dos Trabalhadores, aprovado na Resolução CD41.R13 em 1999 pelo 41º Conselho Diretor. A Dra. Tennessee ressaltou que, até agora, este Plano foi implementado em 24 países e se espera continuar ampliando sua cobertura em nível regional. Finalmente, mencionou os resultados de várias parcerias entre a OPAS e outras organizações internacionais, assim como com grupos da sociedade civil, os quais desempenham um papel relevante no melhoramento da saúde dos trabalhadores das Américas.

10. A segunda sessão plenária se celebrou em 25 de setembro e teve o propósito de discutir a situação trabalhista atual do Hemisfério e os desafios existentes.

11. O papel desempenhado por COSATE e CEATAL no âmbito da XIII CIMT foi fortalecido com a declaração conjunta destes dois órgãos assessores, que faz um apelo aos governos para que assumam o emprego como uma preocupação central, e elemento-chave, para a erradicação da pobreza; e gerem maiores espaços de diálogo de alto nível entre governo e os interlocutores sociais com as instituições financeiras internacionais e regionais.

12. Na terceira sessão plenária, realizada em 25 de setembro de 2003, analisou-se a relação existente entre as políticas econômicas e as políticas trabalhistas. Destacou-se que o processo de transformação econômica tem provocado dificuldades na criação de trabalho decente e que se deve contar com uma política trabalhista no centro do processo de decisões econômicas tanto públicas como privadas. Apresentaram-se igualmente os mandatos das Cúpulas das Américas nos temas trabalhistas e se mencionou a importância da CIMT para avançar no cumprimento destes mandatos. Finalmente, indicou-se que o crescimento com equidade no Hemisfério depende de como os governos decidam enfrentar os temas de educação, emprego, distribuição de renda e crescimento econômico. Em resumo, acordou-se destacar a importância de uma aproximação intersetorial e integral entre as políticas trabalhistas e econômicas para assegurar o crescimento com equidade.

13. Em relação ao papel da CEATAL, destaca-se a atenção prestada durante a quarta sessão plenária ao tema da responsabilidade social empresarial (RSE). Nesta sessão, se fez menção a uma série de iniciativas que a OEA está desenvolvendo atualmente para apoiar a RSE, e seu trabalho específico com o setor privado e os ministérios para promover ambientes de trabalho seguro, que levam ao aumento da eficiência e redução dos custos, devido à diminuição dos acidentes.

14. Os ministros do trabalho aprovaram a Declaração de Salvador, na qual se comprometem com a geração de trabalho decente, a promoção de emprego produtivo e a melhora das condições de saúde, educação, previdência social, bem-estar e qualidade de vida da população, e atribuem ênfase particular à geração de ambientes e condições de trabalho saudáveis e seguros.

15. Os ministros expressaram sua preocupação com o cenário econômico adverso predominante em muitos de nossos países, a desaceleração do crescimento da economia mundial e a redução dos investimentos sociais que tiveram efeitos negativos sobre as condições de educação, saúde, bem-estar e vida da população trabalhadora, sua família e a comunidade. Em muitos lugares, o aumento do desemprego, a deterioração das condições de trabalho e a redução do poder aquisitivo dos salários contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais e de gênero.

16. Os ministros dirigiram sua atenção aos segmentos da população mais afetados pelas crises econômicas, tais como os trabalhadores do setor informal, as mulheres trabalhadoras, menores trabalhadores, as pessoas com deficiência, os portadores de HIV/AIDS, trabalhadores da terceira idade, os migrantes e as minorias étnicas e religiosas. Os ministros concordaram em que se devem tomar medidas que respondam aos contextos de cada país, incluindo o desenvolvimento de planos de ação nacionais sobre o trabalho decente com assistência da OIT e a Iniciativa de Ambientes de Trabalho Saudáveis promovida pela OPAS.

17. Os ministros apoiaram a conexão das políticas trabalhistas com as políticas sociais, especialmente em saúde e educação, dirigidas à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e à promoção do bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores, dentro da concepção de promover o desenvolvimento integral da pessoa humana.

18. Igualmente, expressaram sua vontade de intensificar o diálogo e a cooperação com órgãos regionais e internacionais como a OPAS que atuam no campo do desenvolvimento e trabalho nas Américas.

19. Com o objetivo de implementar ações conducentes à realização das metas e compromissos antes enunciados, os ministros dos Estados Membros decidiram implementar o Plano de Ação baseado na Declaração de Salvador. Sua implementação é efetuada pelos dois grupos de trabalho criados nas Conferências anteriores, os quais têm as atribuições seguintes:

- Grupo de Trabalho 1: Responsável por analisar as dimensões sócio-trabalhistas no processo da Reunião de Cúpula das Américas. Examina exaustivamente as questões da globalização relacionadas com o emprego e o trabalho, focalizando as implicações e os processos sub-regionais e regionais de integração e livre

comércio no Hemisfério. Este Grupo de Trabalho é coordenado sob a liderança dos ministérios de trabalho da Argentina e dos Estados Unidos.

- Grupo de Trabalho 2: Responsável por apoiar o fortalecimento institucional dos ministérios de trabalho. Apóia estes órgãos no desenvolvimento de sua capacidade de resposta a desafios do emprego e trabalho no contexto presente e futuro, mediante a cooperação horizontal e harmônica com outras entidades das áreas sociais, de saúde e educação. Este Grupo de Trabalho é coordenado sob a liderança dos ministros do trabalho de El Salvador e Canadá.

20. A OPAS participou e apoiou ativamente as discussões de ambos os grupos para alcançar seus objetivos. Além disso, a OPAS manifestou que a saúde dos trabalhadores deve ser considerada como um Direito Universal, um fator central no desenvolvimento econômico, um agente na redução da pobreza e, portanto, um pilar fundamental no desenvolvimento humano sustentável. Considera que a saúde e o trabalho são bens individuais e coletivos que devem e podem interagir positivamente desde que se enquadrem em processos de democracia participativa, equidade e justiça social.

21. Os ministérios do trabalho desempenham um papel importante na implementação do Plano de Ação de Salvador. Sua participação compreende os espaços de geração de oportunidades de trabalho decente, promoção do emprego produtivo e melhora das condições trabalhistas e de vida.

22. Os Ministros estabeleceram como áreas prioritárias no Plano de Ação de Salvador as seguintes:

- Melhora da eficácia dos sistemas de proteção social em saúde;
- Monitoramento das condições de saúde e segurança dos trabalhadores, relacionadas com a integração sub-regional e regional;
- Fortalecimento interinstitucional dos ministérios do trabalho, através de enfoques interinstitucionais e multidisciplinares com os Ministérios de Saúde, entre outros;
- Aumento da eficiência das políticas e ações dirigidas à promoção do trabalho decente, melhora das condições de trabalho e promoção dos princípios trabalhistas contidos na Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT; e
- Abolição do trabalho infantil e da exploração sexual dos adolescentes.

23. Com o fim de implementar o Plano de Ação de Salvador, os ministros do trabalho, presidentes *pro tempore* passado, presente e futuro da CIMT (Brasil, Canadá e México), estabeleceram o calendário de atividades da XIII CIMT para o período 2004-2005.

24. Neste contexto, a OPAS e a OEA assumiram a responsabilidade de promover:

- A apresentação de um Relatório ao Conselho Diretor da OPAS sobre as atividades realizadas até agora, dentro do âmbito das XII e XII CIMT na área de saúde dos trabalhadores; e
- A identificação de estratégias conjuntas entre os ministros de Saúde e os ministros de Trabalho que permitam maximizar a efetividade e a eficácia das atividades dirigidas a solucionar os problemas de saúde dos trabalhadores.
- A organização de um seminário sobre saúde e segurança orgnizado pela OEA, OPAS e Ministério de Trabalho de El Salvador, em abril de 2004, em San Salvdor, El Salvador.
- O planejamento do III Fórum Hispânico de 2005 para discutir a situação de saúde e segurança ocupacional e ambiental dos trabalhadores na América do Norte dentro do contexto dos processos de integração e de reforma na Região.
- A participação no XVII Congresso Mundial sobre a Segurança e a Saúde no Trabalho de 2005.

25. A sessão de encerramento foi realizada em 26 de setembro. O primeiro item desta sessão foi a eleição do futuro Presidente *pro tempore* e novo membro da *troika da CIMT*. As delegações de Honduras, Argentina, Bolívia e Costa Rica expressaram seu apoio ao Secretário de Trabalho e Prevenção Social do México, que assumiu a presidência da XIV CIMT, que expressou seu agradecimento aos delegados por sua nomeação e aos ministros do Brasil e do Canadá por seu trabalho exemplar. Assinalou que a Conferência representa uma oportunidade para obter uma colaboração ativa entre os ministérios de trabalho para fortalecer um diálogo social entre os delegados e as instituições internacionais como a OPAS. O Ministro do Brasil, na qualidade de Presidente *pro tempore* da XIII CIMT, propôs a adoção da Declaração e do Plano de Ação de Salvador e da proposta da OEA para apoiá-los. Os três documentos foram aprovados unanimemente.